

**UFSM
MESTRADO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL**

PRODUTO EDUCACIONAL

**PROJETO FORMATIVO
PARA DEBATER A
POLÍTICA PÚBLICA DO
NOVO ENSINO MÉDIO.**

**MESTRANDO
CARLOS JARDEL HENN**

**ORIENTADORA
PROF^a. DR^a. ELISIANE MACHADO LUNARDI**



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Centro de educação

Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG

Linha de pesquisa 1 (LP1): Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior

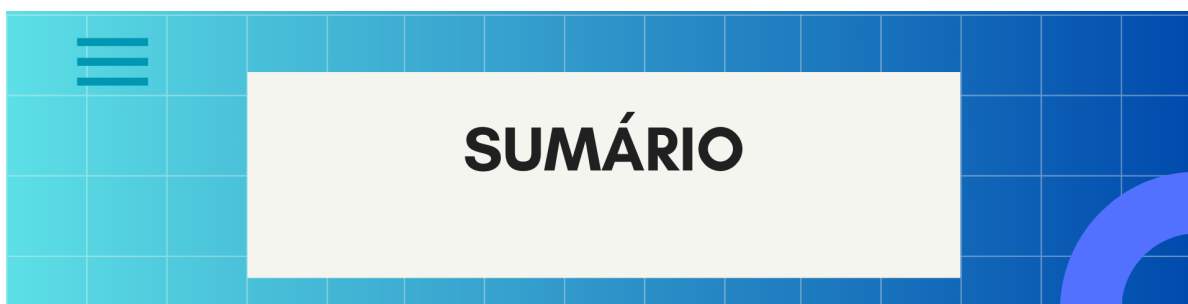
Grupo de Pesquisa REDES/CNPq de estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional

- Público alvo: Professores e gestores da Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, Vera Cruz/RS.
- Objetivo: debater sobre a política pública do Novo Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, Vera Cruz/RS.

HENN, Carlos Jardel; LUNARDI, Elisiane Machado. Projeto formativo para análise da política pública do Novo Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, Vera Cruz/RS.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Novo Ensino Médio.





INTRODUÇÃO	04
METODOLOGIA	05
I - POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: ESTUDOS INICIAIS	06
II – ENSINO MÉDIO E SUA HISTORICIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ...	09
III – O CICLO DE POLÍTICAS E A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14
IV – O ENSINO MÉDIO E A LEI Nº 14.945/24: UM OLHAR PARA A ATUAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO VERA CRUZ	18
CRONOGRAMA	19
REFERÊNCIAS	20



CONTEXTO

O produto apresentado nesse projeto emerge da pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria/RS, intitulada ***Atuação da Gestão Escolar e o Novo Ensino Médio - Lei nº 13.415/2017: uma análise a partir do Ciclo de políticas em uma Escola Estadual de Vera Cruz/RS.***

Por fazer parte de um Mestrado Profissional a pesquisa realizada necessita apresentar um produto educacional condizente com o contexto do pesquisador. De acordo com UFSM (2023) “[...] os produtos/processos criados com as pesquisas objetivam a qualificação, as mudanças e as transformações dos sujeitos e dos contextos educacionais

que se constituem no campo de atuação e pesquisa”

Como produto originário dessa pesquisa propõe-se um **projeto formativo para debater a política pública do Novo Ensino Médio.**

Justifica-se esta escolha por considerar que este projeto se insere no contexto de uma política pública em ação, especificamente o Novo Ensino Médio, implementado em uma escola que interage diariamente com essa realidade. Sob essa perspectiva, busca-se refletir sobre como essa política foi formulada, traduzida e está sendo discutida no nível local, evidenciando o processo contínuo de negociação e ressignificação pelos atores escolares.

O **objetivo geral** é debater sobre a política pública do Novo Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, Vera Cruz/RS. Como **objetivos específicos** busca-se

discutir a importância das políticas públicas, estudar a história do ensino médio na legislação brasileira e analisar a atuação no contexto da prática, a partir do Ciclo de Políticas de Ball e associados.

METODOLOGIA

O produto provém de uma pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, tendo o ciclo de políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores como base metodológica. O ciclo de políticas de Ball (2006) é dividido em cinco contextos para o estudo e análise das políticas públicas, sendo: o da influência, o da produção de texto, da prática, dos resultados/efeitos e da estratégia/ação política. (MAINARDES e MARCONDES, 2009). Como recorte para essa pesquisa foi dado ênfase ao contexto da prática. Para a construção dos dados foi utilizada análise documental, observação participante e a realização de uma entrevista semiestruturada aos gestores da Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, em Vera Cruz/RS. A Análise Textual Discursiva (ATD) foi a abordagem adotada para a análise dos dados dessas entrevistas. Segundo Moraes e Galiazzi (2006, p. 118) a análise textual discursiva “[...] é

uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”.

Como **metodologia** para desenvolvimento do produto serão realizados 4 encontros quinzenais com os professores e equipe gestora da Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz, no município de Vera Cruz/RS, que quiserem participar da formação. A forma de trabalho será dialógica, com temáticas abordadas em cada um dos encontros, conforme apresentado a seguir: I – Políticas públicas e educação: estudos iniciais; II – Ensino Médio e sua historicidade na educação brasileira; III – O ciclo de e a análise de políticas públicas; IV – O Ensino Médio e a Lei nº 14.945/24¹: um olhar para a atuação na Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz. Nesses encontros serão abordados textos produzidos a partir da pesquisa que originou este produto e o texto da Lei nº 14.945/24, com tópicos questionadores para os momentos de debates entre os atores atuantes.

¹ Este produto educacional emergiu de uma dissertação que analisou a Lei nº 13.415/17, mas como o Projeto Formativo será aplicado durante o início da atuação na Lei nº 14.945/24 será utilizada a mais recente legislação sobre o Ensino Médio.

Antes de iniciarem os encontros será aplicado um questionário sobre os conhecimentos prévios de políticas públicas, Novo Ensino Médio e o ciclo de políticas aos participantes. Ao final dos encontros será aplicado um novo questionário, com as mesmas perguntas, para um comparativo,

juntamente com o acréscimo de como a formação ressignificou ou não seus conhecimentos sobre os assuntos abordados. Abaixo são apresentadas as perguntas que serão aplicadas aos participantes.

-
- 1) Para você, o que é política pública?**
 - 2) Como elas ocorrem nas escolas? E como elas interferem no cotidiano?**
 - 3) Você sente-se pertencente nas discussões das políticas públicas em que atua na escola?**
 - 4) Como você percebe o Ensino Médio na história da educação brasileira?**
 - 5) E como fazer as políticas públicas darem certas na escola?**
 - 6) Quais foram as tuas percepções sobre políticas públicas ao final do projeto formativo? (pergunta que será aplicada somente no questionário final).**



I – POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: ESTUDOS INICIAIS

Com a reforma do ensino médio determinada pelo Governo Federal, através da lei nº 13.415/2017², as discussões sobre o ensino médio brasileiro tornaram-se recorrentes. Nós, como trabalhadores de educação em escola, necessitamos fazer esses debates, visto que toda a política pública relacionada à educação básica, para realmente ter os efeitos esperados de melhoria da vida das pessoas, é necessário que ela funcione na escola, pois segundo Ball et al. (2021, p. 25) “a política é feita pelos e para os professores; eles são atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política”.

² A lei nº 13.414/2017 Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

É preciso compreender que toda e qualquer ação organizada por um governo é considerada uma política pública. São elas que colocam em prática as ações do Estado através da implementação dos projetos e de concepções de governo, onde elas deveriam levar soluções para os problemas que emanam de uma sociedade que quase sempre é organizada, (HÖFLING, 2001).

Souza (2006) define política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações". E segundo Chrispino (2016, p.19) política pública “[...] seria a ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade”.

Podemos dizer que política pública são as ações organizadas pelos governos para colocar em prática suas ideias e concepções de

governança, podendo levar em conta as necessidades da população e/ou seus interesses ideológicos.

O estudo sobre políticas públicas ainda é recente na literatura mundial, bem como no embasamento de discursos e das práticas dos governos, sejam eles democráticos ou não-democráticos. Souza (2006, p.2) resume um pouco do histórico das políticas públicas, o que segue a seguir:

A política pública enquanto a área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos da América, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos Estados Unidos ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do estado, passando direto para ênfase nos estudos sobre ação dos governos.

Em relação à pesquisa em políticas públicas no Brasil, Pivetta (2023, p. 25), em sua dissertação de mestrado, afirma que:

Em nosso país, o campo de pesquisas em políticas educacionais é recente, motivo pelo qual a

abordagem do ciclo de políticas pode ser trazida e utilizada em contexto brasileiro. Foi apenas no ano de 2006 que foi publicada, em Língua Portuguesa, uma síntese da abordagem do ciclo de políticas por Jefferson Mainardes, a qual possibilitou que a proposta de Ball e colaboradores ficasse conhecida no Brasil e que estudos na mesma esteira ganhassem um significativo espaço.

Mainardes, Ferreira e Tello (2011, p.144) afirmam que “atualmente, no Brasil, observa-se um aumento significativo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisas e eventos científicos de [...] políticas educacionais. [...] Se configurando [...] como um campo distinto e em busca de consolidação. Já Höfling (2001) aponta que políticas públicas “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

As mudanças da sociedade cada vez mais dinâmicas e imediatas fizeram com que se levantassem certas demandas reflexões no campo da ciências humanas, que, em muitas vezes, são deixadas de lado ou subjugadas, principalmente por uma ala mais tecnicista do pensamento científico. Mas essas mudanças fazem com que a sociedade se transforme e, as ciências humanas, campo do qual a educação faz parte,

não poderia deixar de refletir e propor soluções aos problemas existentes. (AZEVEDO, 2004).

Analisar e compreender as políticas públicas deveria ser uma dos pilares dentro das escolas, pois Ball e Mainardes (2011,p.14) apontam que “a política pode estar relacionada à organização das prática [...], não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções”. E as políticas públicas na educação, em um país continental que nem o Brasil, levam a inúmeras reinterpretações dos seus textos em suas práticas.

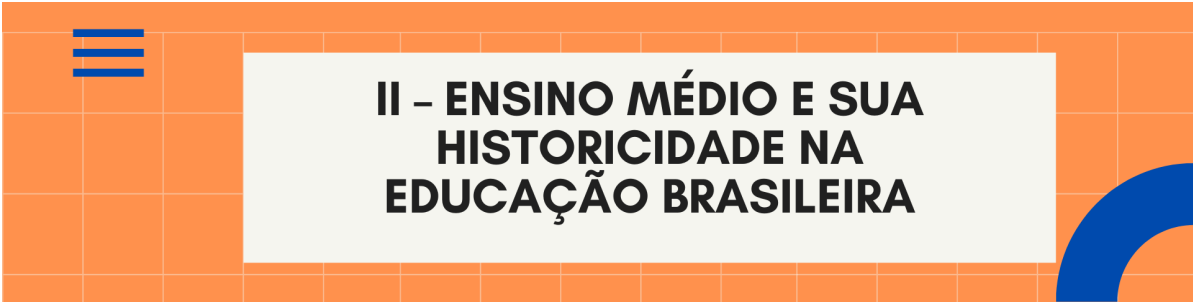
Abranches e Coreia (2021, p. 139) defendem que “falar em política educacional nos leva diretamente a uma ação minimamente estruturada,

com objetivo de intervenção na realidade educacional, buscando atingir fins determinados [...], seus impactos e as percepções dos sujeitos envolvidos”.

Podemos dizer que as políticas públicas educacionais ainda estão em fase de apropriação por parte dos pesquisadores brasileiros, necessitando de mais compreensão da sua complexa e variada definição, bem como entender que é necessário estar em discussão dentro dos ambientes escolares, para que os atores educacionais deixem de ser apenas os “executores” e passem a ser os protagonistas nas atuações e nas construções das políticas.

TÓPICOS ORIENTADORES PARA DISCUSSÃO:

- 1) O que você entende por políticas públicas?**
- 2) Como as políticas públicas influenciam nas ações dentro da escola?**
- 3) Os governos escutam os atores da escola na construção e na atuação das políticas públicas?**
- 4) Como atuamos nas políticas públicas?**
- 5) O que é possível fazer para mudar a realidade da atuação nas políticas públicas dentro da escola?**



II – ENSINO MÉDIO E SUA HISTORICIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A primeira legislação que apresenta o ensino médio é datada de 18 de abril de 1931, através do decreto número 19.890, que dispõe sobre a organização do ensino secundário. Segundo Frigotto (2023, p. 123) “nesse decreto, eram especificados os dois cursos seriados: fundamental e complementar, com a especificação das matérias por série e por direcionamento profissional”. Em 4 de abril de 1932, através do Decreto nº 21.244, se consolidou a disposição sobre a organização do ensino secundário e deu outras providências.

A primeira reforma do ensino secundário ocorreu através do decreto nº 19.890, de 1931 isso foi consolidado pelo decreto nº 21.241 onde o ensino secundário passou a ter uma finalidade além de ser para entrada em curso superiores, mas sim para a formação do ser humano para os grandes setores da sociedade brasileira. Já em 1934 foi promulgada

uma nova constituição, onde a educação passou a ter uma parcela maior de destaque, visto sofrer influências da Semana de Arte Moderna, assim como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Além disso, também determinava que tanto a união, quantos estados e municípios deveriam investir uma determinada quantia de seus orçamentos na educação, sendo a união dos Municípios nunca menos de dez por cento e os Estado e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento.. (FRIGOTTO, 2023, p.127-130).

Em 1937 o governo Central do Brasil sofreu um golpe de estado dado por Getúlio Vargas, que instalou o Estado Novo, que pautava nos arranjos dos interesses dos grandes agricultores e de parte da indústria de serviços, valendo de ações populares para se manter no governo. Além disso, houve uma mudança significativa na educação brasileira no

período da Era Vargas, dando uma forte ênfase à moral e ao civismo, à educação pelo corpo através das aulas de educação física, bem como acordos com setores empresariais e a Igreja Católica. Também foram emitidos muitos decretos durante esse período, como a reforma Capanema, que modificou a organização do ensino, dividindo o ensino secundário e o ensino técnico profissional. Além disso, algumas ações implicaram direta ou indiretamente no ensino médio, como os decretos sobre o ensino industrial. Um decreto muito importante, foi o decreto-lei número 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do ensino normal: onde define-se as finalidades do ensino para a formação de professores secundaristas nas escolas do Brasil. (FRIGOTTO, 2023, p. 131-134).

Entre 1946 e o golpe militar de 1964, Frigotto (2023, p. 134) diz que:

O Brasil viveu um dos momentos de maior mobilização nacional em torno de formas de base e do debate à educação pública e cultura popular. Um período, por outro lado, em que a luta de classe se manifestou em todas as esferas da vida social. No campo da Educação, o foco em disputa era, por um lado, a defesa da escola pública e, por outro, a defesa da liberdade de ensino privado com o apoio do setor público”.

Foi durante essa luta por conquistas por melhorias na educação que a lei de Diretrizes e bases Nacional de 1961 foi promulgada, estabelecendo bases para Educação Nacional na época onde organizava a estrutura do ensino em três graus: primário, médio e superior, além de atribuir uma importante significado a formação moral e cívica dos estudantes. Também, foi responsável por explicitar a necessidade de uma formação sólida para os professores, além de unificar normas e regulamentações educacionais que existiam. (SAMPAIO e SILVA, 2024, p.2 e 4).

Quanto ao Ensino Médio, a Lei nº 5.692/1971, abordou diferentes aspectos como ele sendo a última parte da Educação Básica, com três anos de duração, currículo com formação integral, preparação do estudante para o mercado de trabalho, bem como para a cidadania, além de muito ênfase para a formação profissional, como é notado nos artigos 4, 5 e 6. (BRASIL, 1961).

Após 10 anos da publicação da primeira LDB foi promulgada em 11 de agosto de 1971 a Lei nº 5.692, que fixava a base de diretrizes para o ensino de primeiro e segundo graus. Frigotto (2024, p. 138) apresenta que

“para o segundo grau, trouxe a profissionalização compulsória. As resistências foram tantas que a Lei acabou sendo alterada pelo Parecer nº 71, de 1975, do Conselho Federal de Educação”.

O golpe de 1964, que foi uma ditadura militar por 21 anos no nosso país, fez com que muitas pessoas, em especial os trabalhadores e professores sindicalizados, bem como a classe artística organizasse, fosse de maneira “aberta”³ ou clandestinamente, uma resistência aos governantes da época. A partir do final da década de 1970 o cenário de organização popular tornou-se mais forte e, com o fim da ditadura em 1985, o país construiu uma nova Carta Magna: a Constituição da República da República Federativa do Brasil de 1988, que serve de parâmetro para todas as normativas até hoje.

Em seu artigo 6º a constituição apresenta a educação como um direito essencial a todos os brasileiros. No inciso VII do artigo 208 Tornava o ensino fundamental gratuito e obrigatório. Mas somente em 2009, através da Emenda

Constitucional nº 59, tornou a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Fazendo assim, há apenas 15 anos atrás, com que o ensino médio passasse a ter que ser mais ofertado, mesmo sem a obrigatoriedade do mesmo, visto que um estudante regular, que não tenha tido insucessos, conclui o Ensino Fundamental aos 14 anos. Então, para continuar seus estudos, seria necessário que fosse oferecido escolas com ensino médio.

Em referência ao Ensino Médio, a Constituição de 1988 apresenta no inciso II do artigo 207 a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”, sendo somente em 1996, com a Lei nº 1.394, o termo “gratuidade” sendo incorporado ao corpo de texto.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394/96, que estabeleceu e estabelece até hoje as diretrizes e bases da educação brasileira, trazendo várias mudanças e destaque para o Ensino Médio, onde buscava-se a progressão da

³ Coloco aberta entre aspas, porque acredito que ninguém consegue ser aberto e livre para expressar seus pensamentos e opiniões em um ambiente que não é democrático.

oferta e da obrigatoriedade do mesmo e estabelecer um regime de colaboração entre os entes governamentais da nação, onde competências e diretrizes deveriam nortear currículos e uma base nacional comum de conteúdos. Além disso, o Ensino Médio torna-se prioridade de oferta para as redes estaduais de ensino. (BRASIL, 1996).

Sampaio e Silva (2024, p.12) dizem que a Lei nº 9.394 de 1996 acabou:

representando uma significativa atualização em relação à legislação anterior (Lei no 5.692/71), [...] manteve a denominação de Ensino Médio, [...] expandiu os objetivos do Ensino Médio, destacando a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para o exercício da cidadania e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem autônoma e crítica.

Na LDB nº 9.394/96 o ensino médio aparece como o nível final da Educação Básica, tendo que ser ofertado gratuita e publicamente a todos na idade própria e também aqueles que não concluíram no tempo regular. Além disso a união estabelece em dois incisos do Artigo 9º:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus

conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

A seção IV da LDB nº 9.394/96 apresenta as finalidades do Ensino Médio, onde o mesmo deve consolidar e aprofundar os conhecimentos do ensino fundamental, preparar para o mercado de trabalho e a cidadania, bem como aprimorar o educando como ser humano, na ética e no pensamento crítico. Além disso, relacionar teoria e prática, nas mais diversas formas de saberes das diversas disciplinas. (BRASIL, 1996, p. 18).

Quanto ao currículo a LDB nº 9.394/96 apresenta que as diretrizes devem dar relevância para a educação tecnológica básica, a ciência, as letras e as artes, estimular os estudantes para a cidadania, além de avaliar para tornar o estudante protagonista. Também apresenta o Ensino Médio como possibilidade de formação técnica, com cursos onde habilite os estudantes para uma profissão. (BRASIL, 1996, p. 18 e 19).

Em 11 de novembro de 2009 a Emenda Constitucional nº 59 tornou a educação básica obrigatória e gratuita

entre os 4 e 17 anos de idade. Fazendo assim que o Ensino Médio tornasse uma necessidade de investimento por parte dos gestores dos governos, em especial os dos Estados, visto que o mesmo é de prioridade para esse ente governamental. (BRASIL, 2009).

Em 27 de outubro de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.061, onde passou a ser assegurado o acesso de todos os interessados ao ensino médio público, tornando assim a necessidade de universalização do Ensino Médio gratuito. (BRASIL, 2009).

A Emenda Constitucional nº 59 e a Lei nº 12.061, ambas de 2009, fazem com que o Ensino Médio torna-se obrigatório, visto que a

necessidade de se estudar até os 17 anos, tornando assim, como diz Arroyo (2015, p.41) “o reconhecimento do Ensino Médio como direito de todo cidadão e dever do Estado”.

Pensando em uma linha do tempo na história da educação brasileira, é muito recente a necessidade de valorização desta etapa da educação básica, o que torna o Ensino Médio um desafio maior nas redes de ensino e nas escolas públicas. Além disso, compreender esse pouco tempo histórico é de suma importância para os atores envolvidos com esse nível de ensino entenderem a dimensão da complexidade que é a última etapa da educação básica.

TÓPICOS ORIENTADORES PARA DISCUSSÃO:

- 1) Espaço para comentários gerais;**
- 2) Era sabido da recente obrigatoriedade do Ensino Médio?**
- 3) Como esse pouco tempo de obrigatoriedade influencia nos sujeitos que passaram a estar estudantes nas escolas?**
- 4) E os atores profissionais da educação e a própria educação brasileira estão preparados para essa mudança do perfil dos estudantes?**
- 5) E como mudarmos a atuação nas escolas para tornar o Ensino Médio eficaz na sua importância?**



O ciclo de políticas é uma abordagem metodológica criada por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, que analisa desde as influências para a construção do texto da política, os inúmeros fatores que fazem os diferentes atores interpretarem e reinterpretar a prática das mesmas, bem como os efeitos que elas produzem, além da necessidade de recriar a política pública ou criar uma nova.

Mainardes (2006, p. 49) diz que:

[...] Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível.

Ainda com base em Mainardes (2006, p. 49) o ciclo de políticas

“destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local”. Ainda enfatiza que “oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais. [...] Uma vez que é apresentada como uma proposta de natureza aberta”.

Já Mocarzel, Rojas e Pimenta (2018) apontam que “[...] a abordagem do ciclo de políticas leva em conta diferentes contextos e atores, pensando a política como um processo dinâmico, contínuo e repleto de influências, afastando-se de uma visão estadista, que teria no Estado seu único formulador”.

A abordagem do ciclo de políticas permite uma análise mais ampla dos conceitos, dos atores envolvidos e das diversas arenas, bem como um processo de recontextualização. Leva em conta

diferentes contextos, como as culturas das pessoas envolvidas nos processos, das questões materiais/financeiras bem como das diversas situações externas que influenciam na atuação daquela política pública (MAINARDES, 2018).

O ciclo de políticas de Ball (2006) é dividido em cinco contextos para o estudo e análise das políticas públicas, sendo: o da influência, o da produção de texto, da prática, dos resultados/efeitos e da estratégia/ação política. (MAINARDES e MARCONDES, 2009).

O **primeiro contexto, o da influência e da estratégia política**, é o momento onde as forças organizadas do momento influenciam na proposição de qual política será produzida e como ela será discutida e criada. É o momento onde os discursos influenciam nas proposições a serem criadas pelos governos que estão no momento de criação da política pública. Muitas vezes a influência acontece porque determinados grupos da sociedade civil estão organizados e levantam suas bandeiras em defesa de suas classes, grupos, interesses, etc.,

O **segundo contexto, o da produção de texto**, segundo Mainardes (2006) “representa a

política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.”. O texto é a política em si, influenciada pelos diversos agentes que participam da construção da política pública, às vezes limitados e carregados de ideologias. Nessa pesquisa não foi analisado na sua profundidade, mas entender o texto fez parte da compreensão necessária para se entender a atuação na prática.

A partir da produção dos textos da política, vem o **terceiro contexto, o da prática**. O próprio nome já diz o que significa, que é o momento onde a política pública é colocada em prática. Na maioria das vezes, infelizmente, os atores responsáveis pela ação direta da política pública para a população não participaram da construção dos textos e, conseqüentemente, da política pública. Na educação todo e qualquer política pública é colocada em cena pelos atores que estão nas escolas, nas universidades e demais centros estudantis, e muitas vezes, infelizmente, os professores não são ouvidos na construção dessas políticas.

O quarto contexto, o contexto dos resultados ou efeitos foi acrescido ao ciclo de análise de políticas de Stephen Ball, em 1994. Segundo Mainardes (2006) esse contexto “preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada”. Nesse momento de análise da política pública é onde deveria ser verificado, compreendido quais são os efeitos que a política pública conseguiu alcançar na população, na melhoria dos serviços prestados pelo Estado.

O quinto e último contexto é o da estratégia política, que

segundo Mainardes (2006) “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada”. Essa parte do ciclo de análises seria uma recriação da política pública ou a adoção e a criação de novas políticas públicas e ações que viriam a sanar os efeitos não positivos causados pela política postada, ou ainda criar uma nova política devido ao surgimento de uma nova necessidade diferente daquela a qual a política pública efetivada criou.

Para fins de esquematização segue, abaixo, uma figura representando a o ciclo de políticas:

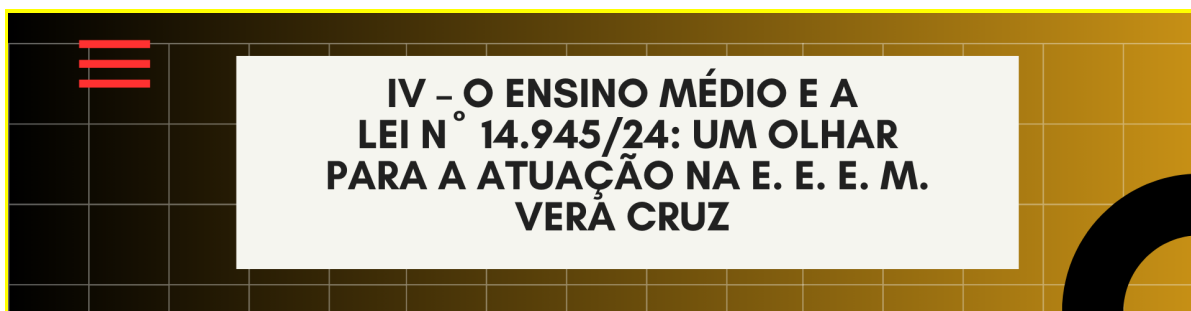
Figura 1: Figura síntese da abordagem do ciclo de políticas



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

TÓPICOS ORIENTADORES PARA DISCUSSÃO:

- 1) Nós, atores nas escolas, como nos sentimos em relação às políticas que atuamos?**
- 2) Como costuma ser a participação dos professores e gestores na construção dos textos das políticas públicas?**
- 3) As influências levam em conta os anseios dos atores da escola?**
- 4) Como podemos fazer para atuarmos também na construção das políticas?**
- 5) Como podemos resistir ao não envolvimento na construção das políticas?**
- 6) É possível analisar os efeitos das políticas e propormos reformulações e/ou novas políticas?**

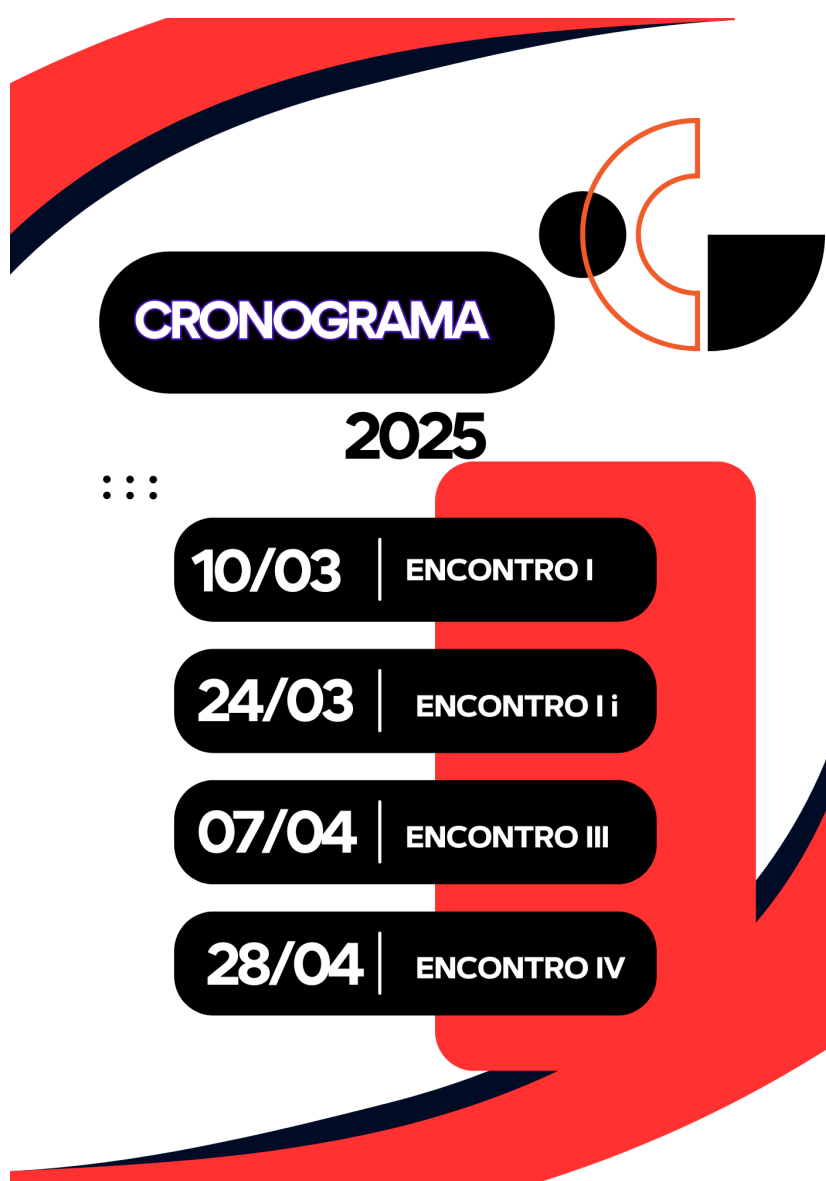


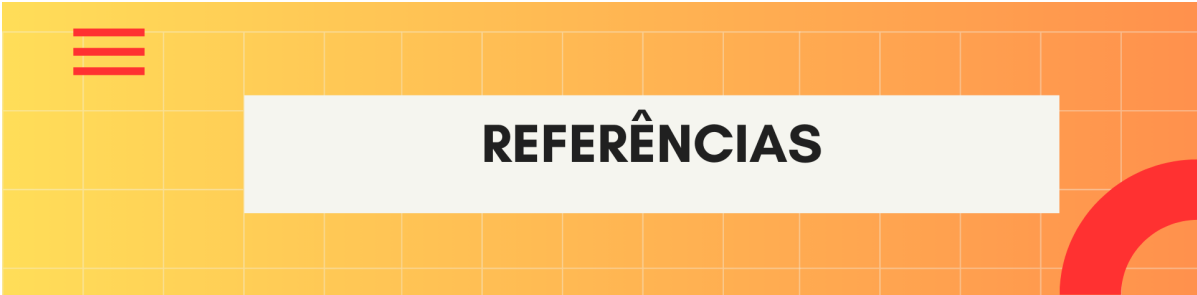
Neste encontro os atores da escola deverão ler e analisar a Lei nº 14.945/24⁴, discutindo e criando as interpretações necessárias para uma melhor atuação no contexto da prática, sempre levando em conta o contexto sócio-cultural de toda a comunidade escolar, bem como as orientações que da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, mantenedora da escola.

⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm.



Segue abaixo uma figura ilustrativa do cronograma previsto de aplicação do produto na Escola Estadual de Ensino Médio Vera Cruz para o ano de 2025:





REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Ana de Fátima P. de Souza; CORREIA, Daniele Silva da Rocha. **Pesquisa em educação e a abordagem do ciclo de políticas: uma experiência de pesquisa.** DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisa em educação: abordagens em Portugal e Brasil. Revista PRÁXIS EDUCACIONAL v. 17, n. 48, p. 136-158, OUT./DEZ., 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-136>. Acesso em 14 de nov. 2024.

ANDRADE, Maria Carolina; MOTTA, Vânia Cardoso. 2022. **A mídia e a produção do consenso em torno das políticas educacionais: o caso do novo ensino médio.** doi: <http://dx.Doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p46-61>. AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas.** Cortez Editora. São Paulo, 2011.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem políticas - atuação em escolas secundárias.** Editora UEPG. Ponta Grossa, 2021. 2ª edição.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969>. Acesso em: agost. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto>. Acesso em: agost. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em agost. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm . Acesso em outubro de 2024.

CPERS. Breve História do Cpers-Sindicato e Lutas da Categoria. Disponível em: <www.cpers.org.br>. 2009. Acesso em: dez 2023.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada.** FGV Editora. Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Olívia Lacerda. 2018. **O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.101, p. 1176-1196, out./nov. 2018. Doi.org/10.1590/S0104-40362018002601295.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Penso Editora. Porto Alegre, 2013.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Campinas, SP: Caderno CEDES, 2001.

JUNIOR, William Pessoa da Mota; MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras.** Educação e Realidade, Porto Alegre, RS, v. 39, nº 4, p. 1137-1152, out/dez 2014. Disponível em: www.ufrgs.br/edu_realidade.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021. Campinas, SP. Disponível em: www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356.

JUNIOR, William Pessoa da Mota; Maués, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras.** Educação e Realidade, Porto Alegre, RS, v. 39, nº 4, p. 1137-1152, out/dez 2014. Disponível em: www.ufrgs.br/edu_realidade.

PIVETTA, Patrícia Brondani. **O contexto da prática no ciclo de política pública: programa residência pedagógica na formação inicial de professores do curso de pedagogia da UFSM.** Orientadora: Professora Doutora Elisiane Machado Lunardi. 2023. 131 p. Dissertação (Mestrado) - Educação , UFSM, Santa Maria, RS, 2023.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

MAINARDES, Jeferson; MARCONDES, Maria Inês. **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional.** Educ.

Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. Cortez Editora. São Paulo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2009.

MOCARZEL, ROJAS e PIMENTA. 2018. **A reforma do ensino médio: novos desafios para a gestão escolar**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 159-176, mar., 2018. e-ISSN: 1519-9029. Doi: 10.22633/rpg.v 22.n esp.12018.10788.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila e BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba, Paraná: CRV, 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em novembro de 2023.